

CNE SE REUNIU COM ELETROBRAS PARA DISCUTIR OS EFEITOS DA MP 579

A coordenação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) esteve reunida nesta quinta-feira, 13 de dezembro, com o diretor de administração da Eletrobras, Miguel Colassuono, para discutir pontos estratégicos para a categoria: MP 579 e a PLR. Com relação aos impactos da Medida Provisória o CNE cobrou que a direção do Sistema Eletrobras conduza todas as ações, assumindo a posição que uma HOLDING deve ter, já que cada empresa vem anunciando previamente aos (as) trabalhadores (as) as medidas que serão tomadas, ou seja, cada um faz o que quer, e muitas direções se aproveitam desse momento de indefinições para colocar em prática suas vinganças pessoais.

A coordenação do CNE propôs a construção de um calendário de reuniões, para apresentações mais detalhadas das medidas de reestruturação e contenção de gastos, agora que as tarifas e indenizações são conhecidas.

O CNE entende que diante da gravidade da situação não cabe mais amadorismo, é importante que os gestores mostrem a que vieram, pois o bom administrador não é aquele que só pensa em cortar recursos e demitir. Para esse momento de crise é fundamental ter capacidade gerencial, buscar alternativas que não penalize o quadro funcional.

Com relação à PLR 2012 o Coletivo cobrou uma resposta da HOLDING, porém o que foi dito é que não existe ainda uma posição do DEST, já que ele não devolveu o termo do acordo. Segundo o diretor de administração, Miguel Colassuono, nada vai mudar sobre a PLR antes da MP entrar em vigor, ou seja, a PLR está garantida, porém falta aguardar o balanço.

Para os (as) trabalhadores (as) o entendimento é que as atuais regras da PLR estão valendo, pois para fazer qualquer alteração tem que haver negociação e isso não aconteceu.

Outro ponto levantado durante a reunião foi à punição covarde de 40 trabalhadores (as) da Eletrobras Distribuição Alagoas por terem participado do protesto no dia 03 dezembro. Essa situação beira as raias da ignorância e do autoritarismo, pois esses companheiros (as) estavam protestando em defesa das empresas do Sistema Eletrobras e da manutenção dos postos de trabalho. O CNE então solicitou a imediata revisão destas punições.

A FNU encaminhou ofício a presidenta Dilma solicitando a realização de audiência para debater e apresentar as sugestões a MP 579, porém até o momento não foi dada uma resposta. A esperança é que não seja preciso a intermediação do presidente da FIESP para marcar essa reunião, pois ao que parece ele em tido mais trânsito junto ao Palácio do Planalto do que os (as) trabalhadores (as) que lutaram para eleger esse governo.

O CNE lamenta a postura atrasada e equivocada do PT, PC do B e PSB e dos demais partidos da base aliada que aprovaram no dia 11 dezembro na Câmara o relatório da MP 579 sem levar em consideração as emendas propostas pela FNU.

Estes parlamentares nem ao menos fizeram o debate com os (as) trabalhadores (as) e a sociedade, já que esta MP com texto aprovado trará consequências drásticas ao setor. A categoria vai lembrar bem o nome daqueles que ajudaram a demitir companheiros (as) e enfraquecer de forma nunca vista empresas que são estratégicas para o desenvolvimento regional. Essa postura vergonhosa chegou ao cúmulo de colocar os parlamentares da direita (PSDB e DEM) como defensores do setor elétrico, já que estes se posicionaram contra a MP.

A FNU debateu nos dias 10 e 11 de dezembro a conjuntura do setor elétrico diante da MP 579, e foi consenso entre os dirigentes de que não adianta ações individuais e isoladas, pois o processo é coletivo e atinge a todos indiscriminadamente. Portanto, todas as ações devem ser feitas de forma organizada, somente assim será possível resistir contra os efeitos da MP.

CUT NACIONAL PRECISA APOIAR A LUTA DOS TRABALHADORES DO SETOR

Os (as) trabalhadores (as) do setor elétrico esperam que a Central Única dos Trabalhadores venha a público manifestar seu apoio a luta da categoria, bem como, se

posicionar de forma contrária a redação atual da MP 579 que retira postos de trabalho em todo país, intensifica a terceirização e precariza os serviços à população.